

Texto 01

Aspectos conceituais sobre gênero, orientação sexual, sexualidade e LGBTfobia

A sexualidade humana, temática importante e que atravessa nossas vidas e nossos estudos teóricos, exerce papel importante no desenvolvimento de todas as pessoas e na forma pela qual elas se relacionam. Muitas histórias de amor, de paixão e de ódio se constituíram em torno do discurso da sexualidade. Nessa trajetória, muitas foram as investidas no sentido de compreender como ela se manifesta, como se relaciona com o sexo, com o gênero, com o coito, com o amor, etc. Não obstante, compreensões absolutistas, românticas, binárias, também emergiram amparadas por discursos limitadores, na maioria das vezes atribuídas às divindades, culturas e crenças. Estes discursos serviram de contingentes, sobretudo sociais, tanto para conter a manifestação da sexualidade de maneira mais libertadora, como para dificultar a compreensão da sexualidade como diferente do sexo e da perspectiva de gênero.

Estas questões possibilitaram a constituição de um entendimento não expresso de modo formal, no que pese à compreensão sobre a sexualidade e a normatização, como se houvesse uma regra preestabelecida, que no nascimento das pessoas se estabelecesse como sendo a adequada, a normal, portanto, a exigida. Este discurso de normatização tem exercido grande e importante impacto na vida das pessoas, principalmente, aquelas que não atendem a tais “requisitos sociais fundamentais”. Estes requisitos estão relacionados à heterossexualidade. Nesse sentido, a pessoa heterossexual é afirmada como sendo o modelo seguro e lícito, o único modelo válido, a regra pela qual se funda toda a compreensão acerca da sexualidade e da vivência dela.

Como resultado o que se tem evidenciado são discriminações e preconceitos contra pessoas e pautas dissidentes, das quais destacamos àquelas relacionadas às questões LGBTQIAPN+¹, estabelecendo estreitos laços com as pautas referentes ao percurso e as discussões

¹ L = Lésbicas: São mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outras mulheres.

G = Gays: São homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens.

B = Bissexuais: Diz respeito aos homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino.

sobre gênero e sexualidade que foram desenvolvidas ao longo do tempo. Tentando fazer uma genealogia do desenvolvimento do preconceito e da normatização da condição e conduta sexual assumida pela sociedade contemporânea, Louro (2009, p. 88-89) revela que em um dado momento histórico a homossexualidade assumiu um importante papel de representação social. Ela foi tão provocadora que fez surgir a terminologia heterossexualidade, a qual se atribui um conjunto de exigências que veio representar a ordem e ideal sexual desejado e exigido, tornando-se a referência para toda a sociedade. A este conjunto de elementos que figura como sendo a referência sexista social fundamental foi dado o nome de heteronormatividade. Diante de um contexto heteronormativo, as pessoas que não atendem à norma social estabelecida sofrem as sanções oriundas desta construção histórico social.

São muitas as formas de expressão que a sexualidade pode adotar. A homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade, entre tantas outras expressões, são alguns dos exemplos que podemos destacar para tornar compreensível o campo diverso ao qual estamos nos propondo pisar, principalmente, no que se refere as inúmeras manifestações opressivas e preconceituosas direcionadas às pessoas que se reconhecem para além da compreensão normativa que a sociedade estabelece enquanto regra para a sexualidade.

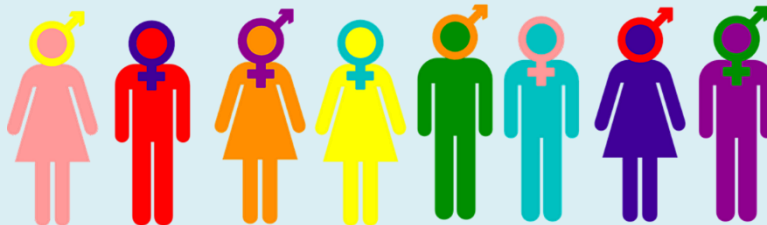


Imagem que representa as diversas formas de expressão da sexualidade e identidade de gênero.

Fonte: <https://www.gratispng.com/png-zgbc3v/>

T = Transgênero: Diferentemente das letras anteriores, o T não se refere a uma orientação sexual, mas a identidades de gênero. Também chamadas de “pessoas trans”, elas podem ser transgênero (homem ou mulher), travesti (identidade feminina) ou pessoa não-binária, que se compreende além da divisão “homem e mulher”.

Q = Queer: Pessoas com o gênero ‘Queer’ são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso das drag queens. A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.

I = Intersexo: A pessoa intersexo está entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal – cromossomos, genitais, hormônios, etc – não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino).

A = Assexual: Assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum essas pessoas não verem as relações sexuais humanas como prioridade.

+ : O símbolo de “ mais ” no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.



Dizer isso é importante, porque pelo discurso limitador da categorização normatizadora, tendemos a desconsiderar muitas, senão todas, das infintas possibilidades de ser que as pessoas, de fato, são. Em nossa sociedade é comum contingenciar categorias, como se elas fossem capazes de falar do ser humano em sua totalidade, porém o que ocorre é a redução da pessoa ao que determina as regras sociais. É exatamente dessa tendência que decorrem inumeráveis violações. Inclusive àquelas relacionadas às questões da sexualidade.

Estas violações representam o que neste texto vamos chamar de LGBTfobia, ou situações pelas quais pessoas sofrem diversas violações por ocasião da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Oriundo destas situações, um grande número de sentimentos, sensações e comportamentos são gerados decorrentes de preconceitos e violências, das mais diversas maneiras, provocando ocasiões de grande sofrimento, angústia e isolamento familiar e social.

O termo LGBTfobia se adequa às exigências da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População LGBT (2016). O termo homofobia, mais usual e recorrente na literatura, não se vale das outras letras (LBT) que demanda o público LGBT, segundo os movimentos sociais presentes nessa Conferência. Sendo assim, o termo LGBTfobia passa a ser usado para designar toda forma de discriminação, preconceito, intolerância e violência contra a população LGBTQIAPN+. Por conta disso, utilizaremos este termo neste texto, e o mesmo deverá ser considerado equivalente à homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e outras fobias associadas às outras letras, sempre que apareça nas citações de teóricos utilizados nestas reflexões e que sejam anteriores ao ano de 2016.

O lugar de onde emergem tais preconceitos é sempre o cotidiano de sociabilidade das pessoas. A família, a escola, a igreja, o trabalho, a universidade, estas são algumas das instituições onde há a presença de manifestação de preconceitos em relação à população LGBTQIAPN+. Preconceitos que ocorrem diariamente em diversos espaços de relações sociais em qualquer tempo. A problematização sobre o lugar da manifestação da LGBTfobia é oportuna, pois aponta o quanto é chancelada a violência contra as pessoas que não se enquadram à normatização sexual exigida socialmente. Não raro são disseminadas “brincadeiras”, estórias, piadas, representações caricaturadas, entre tantas outras coisas, que menospreza, exclui e interdita muitas pessoas por ocasião da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Interditadas e categorizadas, as pessoas LGBTQIAPN+, parecem ser objetivadas, não exclusivamente no sentido de se tornarem objetos, mas, sobretudo, na negação de suas subjetividades.

Mulher trans é assassinada a pedradas em Belém do São Francisco

O corpo da vítima foi encontrado em um terreno baldio, no bairro Ipsep. Polícia informou que investiga o caso.

Por g1 Petrolina
31/05/2022 07h39 · Atualizado há um mês



Esse é o segundo caso de assassinato de mulher trans no Sertão de Pernambuco, no mês de maio. **No dia 13, uma jovem conhecida como Bruna, foi morta a tiros no município de Lagoa Grande.**

Reportagem do portal G1 Petrolina sobre a morte de mulher trans no sertão pernambucano.

Fonte: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2022/05/31/mulher-trans-e-assassinada-a-pedradas-em-belem-do-sao-francisco.ghtml>

Tanto o preconceito LGBTfóbico, como muitas outras manifestações de opressão e agressão contra as pessoas que não se enquadram às exigências sociais são resultado de uma herança histórica de poderio colonial que instituiu o que seria adequado ou inadequado para a civilidade, instaurando uma cultura de exclusão que se reverberou ao longo do tempo e ainda hoje se revela através da colonialidade (MIGNOLO, 2006, p. 15). Colonialidade que resulta de toda uma história e experiência de colonização e de opressão contra modelos de cultura e de comportamento que não se adequaram às exigências sociais instituídas como as corretas, o que levou a uma vigilância que foi se naturalizando ao custo de muita violência e que, ainda hoje, exerce uma regulação social e do comportamento.

El colonialismo no es un periodo histórico superado, un fósil inerte. Es una semilla que aún da sus frutos, reproduciendo una característica administración del pensamiento y sustentado un sistema de extracción de la mayoría de población de planeta. [...]. (NAVAZ, 2011, p. 31).

Sigamos as nossas reflexões com um questionamento que parece necessário para as discussões propostas aqui: Existem limites para a vivência e experiências da sexualidade? Obviamente, nossas respostas poderiam tentar justificar a intenção sobre a ampliação com a qual esperamos que o tema sexualidade seja pensado. Por outro lado, o questionamento pode parecer tendencioso.

Não é nosso objetivo confundir a pessoa que lê estas páginas quanto às questões referentes às sexualidades, pelo contrário, nosso desejo é o de propor possibilidades de pensamento e reflexão em torno desta temática, buscando compreender tanto as diferentes manifestações da sexualidade, quanto às expressões avessas, preconceituosas, discriminatórias e violentas em relação a elas. Não pretendemos, portanto exaurir estas questões, visto que o campo das sexualidades é vasto e profundo, queremos compreender de maneira mais elucidada as manifestações em torno da LGBTfobia, empreitada que, certamente, exigirá um olhar mais atento e muita dedicação visto à importância e relevância da temática.

Antes de tudo cabe oportuno apresentar algumas informações históricas e conceituais sobre a sexualidade e suas diferentes manifestações, posto que o que hoje é chamado de LGBTfobia resulta de um processo no qual as sexualidades foram submetidas, um processo de enquadramento social da vivência e expressão sexual e de gênero construídas sob modelos rígidos e cerceadores, deixando à margem, todas aquelas pessoas que não se adequam aos modelos sociais estabelecidos enquanto norma.



A heteronormatividade institui o que seria a norma binária dos gêneros masculino e feminino.

Fonte: <https://www.anarquista.net/heteronormatividad-o-que-e/>

Contudo, para um melhor entendimento é importante destacar alguns conceitos, evitando que confusões estruturais possam atrapalhar nossas compreensões sobre o tema estudado. No nosso discurso serão utilizados termos como gênero e sexualidade. Apesar de os dois termos estarem ligados, existem algumas distinções necessárias que precisam ser destacadas. Louro (2000) nos aponta algumas contribuições a esse respeito e que nos ajudarão a entender melhor estas distinções. Segundo ela:

Ainda que gênero e sexualidade se constituam em dimensões extremamente articuladas, parece necessário distingui-las aqui. Estudiosas e estudiosos feministas têm empregado o conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; assim sendo, as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade. Por outro lado, o conceito de sexualidade é utilizado, nesse contexto, para se referir às formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais; nesse sentido, as identidades sexuais estariam relacionadas aos diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais. No campo teórico dos estudos feministas, gênero e sexualidade são, ambos, constructos sociais, culturais, históricos. No entanto, essa não é uma formulação amplamente aceita, especialmente quando se trata da sexualidade. Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, os argumentos da "natureza" parecem falar mais alto. (LOURO, 2000, p. 63-64)

Estas contribuições que a autora oferece dispõem de bons elementos para o aprofundamento das questões desenvolvidas neste texto. Como pode-se perceber, o papel da sexualidade parece, ainda, estar muito imbricado às exigências e argumentos que utilizam a natureza como modelo a ser seguido. Dessa forma, a compreensão sobre a sexualidade e sobre gênero, se analisados pela lógica da natureza, assumem uma característica reducionista, considerando que se busca estabelecer definições absolutistas na perspectiva de oferecer respostas concretas a estes termos, excluindo, conseqüentemente, outras possibilidades conceituais e experienciais que não se enquadrem às definições normativas e historicamente constituídas sobre sexualidade e sobre gênero.

Quando falamos em definições normativas nos referimos ao conjunto de elementos que irão compor o imaginário social sobre as formas corretas de expressão e vivência da(s) sexualidade(s). Esta normatização da qual fazemos referência teve suas origens, principalmente e coincidentemente, com a ascensão do capitalismo. A ruptura definitiva entre uma sociedade liberta de amarras normatizantes e aquela regida por pudores e pecados começa a consolidar-se, histórica e efetivamente, a partir do século XVII e se reverbera até os tempos contemporâneos. A sexualidade, antes pública, passa a assumir um estado de enclausuramento, estabelecendo os critérios e permissões da vivência e manifestação sexual. Sobre estas questões e considerando as provocações já expostas até o presente, convém destacar o que Foucault (1988) nos diz a esse respeito:

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada

moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: recebe o *status* e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 1988, p. 9-10).

O autor é provocativo e convida a pensar sobre as questões em torno do modelo de referência que se estabelece na sociedade enquanto garantia de sobrevivência de uma sociedade nova, burguesa, patriarcal, binária e necessária. Tal emancipação arquetípica de sociedade diferencial – que estabelece diferença hierárquica entre as pessoas, por ocasião de diversas características, desde a cor da pele até às questões relacionadas a gênero e sexualidade – estabelece hierarquias de diversas ordens, as quais buscam afirmar padrões comportamentais e disciplinadores aos papéis sociais e representações categóricas. A perspectiva heterossexista, que também podemos chamá-la de heteronormativa, se enquadra neste contexto. Permeada pelos discursos naturalistas, pressupõe a submissão do gênero feminino ao masculino. Na lógica heterossexista a distinção entre os sexos legitima as desigualdades e a subordinação do feminino em relação ao masculino. O resultado desta construção instaura uma organização baseada no modelo sexual e de sexualidade direcionado para normatização do heterossexual monogâmico como a referência a ser assumida e reproduzida para as futuras gerações.

Nas nossas realidades ocidentais, nas condições atuais, e a despeito dos movimentos sociais de luta por direitos dos grupos minoritários, a tradição tem sido ainda a valorização das funções masculinas em detrimento das femininas, e a valorização da heterossexualidade, com a conseqüente discriminação de outras práticas de satisfação das pulsões sexuais. (LAGO, 1999, p. 124).

Como vemos, a heterossexualidade assume o modelo absoluto a ser seguido pela sociedade, enquanto que outras práticas sexuais e de sexualidade permanecem subjugadas, a expensas do paradigma dominante. Diante disso, as homossexualidades e outras práticas e vivências das sexualidades acabam por se constituírem sob a forma paradigmática estéril de reprodução e de pecado contra a natureza, visto que a heterossexualidade é posta enquanto manifestação sexual natural.



Discursos fundamentalistas resultam em violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/04/conservadores-retiram-promocao-da.html>

Pela possibilidade comparativa que temos de remeter novas situações e experiências ao passado, parece ser mais fácil perceber que, por trás de determinadas verdades, sustentam-se estratégias de poder. Em relação aos corpos e aos gêneros estas estratégias se afirmam pela verdade de que o homem é superior à mulher. Percebamos que ao nos referirmos a representações sociais de homem e de mulher, o modelo internalizado histórica, cultural e socialmente inclina o pensamento para a compreensão de que sendo homem, a pessoa é do sexo masculino, logo tem um corpo masculino, marcado por um pênis e por vestimentas ditas masculinas, conseqüentemente, tem, enquanto fins sexuais e de manifestação de sua sexualidade, relações sexuais com mulheres, femininas, que têm uma vagina, vestem roupas ditas femininas, relacionam-se sexualmente com homens e estão subordinadas a eles. “[...] ‘O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto’ [...].” (SCOTT, 1995, p. 77).

Até o início do século XIX, percebia-se nas sociedades ocidentais uma hierarquização das pessoas, no tocante ao sexismo, o que resultou na objetivação do feminino. O referencial de poder hierárquico era representado pelo vértice masculino. Acreditava-se que havia um único sexo: o masculino. E, que as mulheres diferiam dos homens por não terem desenvolvido, perfeitamente, o órgão sexual, portanto, esta condição natural colocava a mulher em uma lugar de inferioridade frente ao homem.

É também no século XIX que se percebe uma maior atenção às questões relacionadas à definição da sexualidade. Segundo Louro (2009, p. 87), algumas situações tornaram-se centrais para as sociedades e indivíduos, no que se referem à sexualidade, tais como: transformações políticas, sociais, culturais e econômicas articuladas aos processos de industrialização e da revolução burguesa, que desencadeou em divisão sexual de trabalho e disseminação de ideias de caráter feministas.

Estes eventos contribuíram, portanto, para a reconstrução dos significados sobre os corpos, bem como, para a substituição do modelo de único sexo, para o modelo de dois sexos, que é o modelo que temos até os dias de hoje. Cabe destacar que a substituição do modelo de único sexo, pelo modelo de dois sexos opostos não foi um processo simples, nem tampouco linear.



O movimento feminista exerceu importantes mudanças e contribuições sociais.
Fonte: <https://homoliteratus.com/um-olhar-sobre-o-feminismo-de-ontem-e-de-hoje/>

Todos estes elementos levaram à caracterização dos modelos de feminilidades e masculinidades. Cabe oportuno pontuar que estas categorizações foram realizadas a partir de lentes masculinas. Homens brancos, católicos, médicos, filósofos e pensadores moralistas de origem europeia são os responsáveis pelas heranças sexistas que carregamos através das histórias das sociedades ocidentais. São a partir de tais heranças que se estabelecem as classificações sexistas, a regulação sobre o que é normal ou patológico, sobre o que é próprio do homem e próprio da mulher, sobre o permitido e o proibido, sobre o santo e o profano. Desse modo, “os(as) desviantes da norma, em uma ampla e descentralizada rede de poderes, são inseridos na categoria de inferiores, sendo sobre eles(as) atribuídos regimes de verdade, [...], que tendem mostrar a superioridade de uns perante outros.” (TOLEDO, 2008, p. 179).

É nessa perspectiva que a homossexualidade ganha nova representação e conotação. No que se refere ao homem *gay* sua subordinação ao modelo heterossexual refere-se ao fato de que ao homem não é permitido “rebaixar-se” ao *status* feminino, seria como se o indivíduo negasse a sua essência e a sua posição de poder, contrariando a sua natureza. “[...] O masculino nas lésbicas é encarado como ‘roubo’ e ‘usurpação’ de um valor que pertenceria única e exclusivamente aos homens.” (LEONEL, 2011, p. 93). A mulher, nessa perspectiva, não pode equiparar-se aos homens por via da sua lesbianidade, como se para ser lésbica a mulher desejasse ser homem.

Nesse sentido, as expressões lésbicas parecem exercer certo tipo de representação fetichista aos desejos de alguns homens. Destas perspectivas emergem compreensões de que a lesbianidade resulta da falta de experiências mais intimistas com homens. Ou seja, quando a mulher experimentar uma relação sexual com um homem “de verdade” ela deixará de ser lésbica.

Outras representações acerca da compreensão ou do modo como as lesbianidades são percebidas resultam em atitudes mais austeras e violentas, não raro ocorrem situações onde mulheres lésbicas são violentadas sexualmente como forma de correção de sua “sexualidade desviante”. É como se ela tivesse o dever de se subjugar à vontade masculina, por não haver desejo nela senão por homens. Estas expressões de preconceito, violência e intolerância representam o que nos estudos sobre gênero e sexualidade referem-se à LGBTfobia.

Polícia prende suspeito de dopar e cometer 'estupro corretivo' contra amiga homossexual em Mombuca

Segundo a corporação, a prática criminosa geralmente ocorre contra vítimas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, sob pretexto de "curar a homossexualidade".

Por G1 Piracicaba e Região
26/01/2021 17h09 · Atualizado há um ano



O estupro corretivo é um crime grave que atinge, sobretudo, mulheres lésbicas.
Fonte: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/01/26/homem-e-presosuspeito-de-dopar-e-cometer-estupro-corretivo-contramiga-homossexual-em-mombuca.ghtml>

A LGBTfobia caracteriza-se, entre outras coisas, por tratamentos pautados em preconceitos e pré-julgamentos resultantes de rejeição social, hostilidade, humilhações, inferiorização e subalternizações. As relações estabelecidas entre a maneira como as pessoas LGBTQIAPN+ são tratadas partem, geralmente, de perspectivas religiosas tradicionais e fundamentalistas, que na maioria das vezes colocam em questionamento a sua saúde psíquica, bem como, a capacidade de viverem plenamente e de forma pacífica e integrada na sociedade. Compreensões dessa natureza exercem determinadas estratégias de poder que vão se sustentando através de discursos de defesa de “verdades”, que mesmo quando as expressões mais evidentes de LGBTfobia não são diretamente identificadas, fortalecem o poder destes discursos, tornando-os invisíveis e consequentemente mais eficientes.

Muitas manifestações LGBTfóbicas decorrentes destas estratégias de poder acabam não sendo percebidas, por apresentarem-se através de leves manifestações, como brincadeiras ou compensações comparativas. Reforçando a premissa de que a naturalização do preconceito e o silêncio diante destas situações fortalecem tais estratégias. O que não se pode deixar de considerar é o fator humilhante do preconceito sexual e de gênero. A humilhação institui um caráter coercitivo em relação às exigências sociais relacionadas aos papéis masculinos e femininos, inferiorizando o desvio destes papéis, dado à internalização de modelos considerados

naturalizados. Estas internalizações ou inadequações a elas gera angústia individual, que não raro é externalizada nas relações sociais. Portanto, concordamos com Prado e Junqueira (2011, p. 67), quando em estudo sobre homofobia, hierarquização e humilhação social, afirmam que a LGBTfobia “[...] em qualquer circunstância, é fator de sofrimento e injustiça, ameaça constante de subalternização. [...]”.



A LGBTfobia é a principal causa de mortes de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

Fonte: <https://projetocolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/>

Destas problematizações pode-se inferir, portanto, que a LGBTfobia representa um problema social que desempenha fortes elementos preconceituosos, discriminatórios e de violência contra as pessoas LGBTQIAPN+. Sobre estas questões, Mello, Grossi e Uziel (2009) afirmam:

Aqui deve ser destacado que a homofobia é um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e de frequência, de sociedade para sociedade e no interior de cada uma delas. É interessante observar como essa noção ganhou o domínio público, no ativismo, na academia e também na mídia, ainda que seja pouco precisa para descrever o largo espectro de fenômenos aos quais se refere. Afinal, fobias são distúrbios psiquiátricos (agorafobia, demofobia e malaxofobia, entre tantos outros exemplos) que se expressam na forma de aversão e de medo mórbido, irracional, desproporcional, persistente e repugnante, que pode e deve ser tratado, nos casos mais graves, com recursos terapêuticos e farmacológicos, com resultados bem promissores. Todavia, na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays, lésbicas e transgêneros devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com punição legal e educação. (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p. 166-167).

No que se refere à conceituação da homofobia – leia-se LGBTfobia – podemos recorrer às contribuições desenvolvidas em estudo realizado por Borrillo (2015, p.7), para ele o conceito vem sendo utilizado para designar situações de aversão, ódio, desprezo e medo, para com pessoas

LGBTQIAPN+. Nesse sentido, o autor vem defender a ideia de que pensar a homofobia a partir desta asserção é limitar o conceito, tendo em vista que a sua manifestação pode se apresentar de diferentes formas, como por exemplo: a homofobia afetiva e a homofobia cognitiva.

A homofobia afetiva está relacionada às questões de ordem psicológica e neste sentido a experiência homofóbica direciona-se para a homossexualidade numa perspectiva condenatória, decorrente de inspiração de aversão, medo, asco, etc. Já a homofobia cognitiva, o que aqui pode ser considerada como homofobia social, está ligada a perpetuação da diferença entre heterossexualidade e homossexualidade, estando esta última subjugada à primeira. Desse modo, a homossexualidade pode até ser tolerada, porém, não suscita reações o fato de que às pessoas homossexuais serem negados alguns direitos fundamentais.

Prado e Junqueira (2011), em estudo realizado sobre a homofobia, a hierarquização e a humilhação social afirmam:

O termo homofobia tem sido comumente empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação aos “homossexuais”. No entanto, entendê-lo assim implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar o seu enfrentamento somente com base em medidas voltadas para minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de “indivíduos” ou de “grupos homofóbicos”. As instituições sociais pouco ou nada teriam algo a ver com isso. (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 56).

Estas compreensões parecem corroborar com aquelas as quais fizemos referência anteriormente. Comparando a homofobia a outras formas de preconceito e discriminação, Borrillo (2015) destaca a arbitrariedade com a qual a homofobia é manifestada. Ele argumenta:

Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos homens. *Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma* – outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Confinado no papel do marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante. E no pressuposto de que o mal vem sempre de fora, na França, a homossexualidade foi qualificada como “vício italiano” ou “vício grego”, ou ainda “costume árabe” ou “colonial”. À semelhança do negro, do judeu ou de qualquer estrangeiro, o homossexual é sempre o outro, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação. (BORRILLO, 2015, p. 13-14) [Grifo do autor].

A noção de um “Outro” desqualificado, produzido pelo Ocidente, como resultado de uma dominação hegemônica de poder e de conhecimento, também é problematizado por Santos, Meneses e Nunes (2005, p. 28) quando afirma que o “Outro” criado pelo Ocidente foi constituído

e difundido como “[...] um repositório de características inferiores em relação ao saber e poder ocidentais e, por isso, disponível para ser usado e apropriado. [...]”. E essa estratégia de poder gerou muita violência, dor, exclusão e uma rede infinda de preconceitos, entre eles a LGBTfobia.

A violência LGBTfobia pode ser devastadora, mas de todo modo deixa marcas profundas na memória e no corpo das pessoas LGBTQIAPN+. As marcas corporais, mesmo que não sejam oriundas de violências físicas, são produzidas por meio de violências psicológicas, sociais, culturais, seja de modo evidente ou silencioso. O corpo carrega em si marcas das diferentes experiências vivenciadas, desde aprendizagens e saberes até violências, dores e medo, e todo um conjunto de elementos que possibilita olhar de modo mais ampliado e profundo às experimentações de sua constituição (SILVA, 2011, p. 82).



Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo.

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/atlas-de-violencia-aponta-aumento-significativo-de-lgbtfobia-em-todo-o-brasil>

Diante dessas considerações parece importante destacar que a aceitação e o respeito da homossexualidade pela sociedade, ainda exigem longo caminho, tendo em vista o protagonismo do modelo dominante. Não é de surpreender, portanto, que as experiências preconceituosas e de discriminação, vivenciadas pelas pessoas LGBTQIAPN+, sejam geradoras de angústias insuportáveis. Em termos comparativos Venturi (2011, p. 179) alega: “[...] Os dados de preconceito velado sugerem maior extensão do preconceito de natureza homofóbica em 2008 que o racial em 2003, mas não permitem afirmar isso taxativamente. [...]”. De todo modo, estes dados revelam uma rede extremamente enraizada de preconceito em relação às pessoas LGBTQIAPN+.

A existência de níveis tão elevados de manifestação de preconceito, ou da admissão da existência de preconceito, permite pensar na facilidade de geração de atos homofóbicos, pois eles estão um tanto legitimados pela sociedade. Se mais de 90% das pessoas manifestam preconceito contra identidades marcadas sexualmente [...], podemos pensar

que é quase admissível que se externem atos homofóbicos, desde a recusa a ingresso em alguns locais, a manifestação evidente de desagrado, até mesmo atos mais fortes, como a injúria, a agressão física etc. [...]. (SEFFNER, 2011, p. 49).

As pessoas LGBTQIAPN+ sofrem discriminações individualizadas, elas são mais suscetíveis a uma violência internalizada, que é aquela capaz de conduzir a pessoa a suicidar-se. Para se ter uma ideia, a LGBTfobia é umas das principais causas de suicídio, segundo nos aponta Borrillo (2015, p. 102), “[...] Os adolescentes gays põem termo à vida em uma porção três vezes maior que os seus pares heterossexuais. [...]”. Estas violências internalizadas, capazes de produzir suicídios, foram sendo forjadas historicamente. Muitos agentes participaram neste, que acreditamos ser uma das formas mais opressivas de preconceito e violência vivenciada, visto que se sobrepõe a outras possíveis violências, preconceitos e discriminações. Nesse sentido, a homofobia pode assumir caracterizações diferentes, como as relacionadas à homofobia geral – aquela que se refere à vigilância do gênero e da manutenção de uma lógica heterossexista dominante. E outra, relacionada à homofobia específica, visto que são várias as possibilidades de manifestação das sexualidades, assim as práticas preconceituosas podem assumir o caráter específico, como: “gayfobia”, “lesbofobia”, “bifobia”, “transfobia”, etc. Apesar de o termo que optamos utilizar, a saber, LGBTfobia, buscar agrupar as diversas manifestações preconceituosas em relação às questões de gênero e de sexualidade, compreendemos haver diferenças em relação a cada um dos tipos de manifestações preconceituosas referentes a gênero e a sexualidade, tanto no sentido de quem sofre o preconceito, como no de quem o comete.

A LGBTfobia pode ser encontrada em todos os espaços sociais. Segundo estudos sobre a homofobia e a questão da hierarquização e da humilhação social, Prado e Junqueira (2011, p. 59), afirmam que a escola e a família são os dois espaços onde mais ocorrem práticas de preconceitos contra as pessoas LGBTQIAPN+. Tudo isso faz-nos pensar, para além desses espaços, todo o contexto social e espaço público. O que percebemos é que na LGBTfobia a apropriação do espaço público não é destinada às pessoas LGBTQIAPN+, mas, exclusivamente, para as pessoas heterossexuais. Quando a pessoa LGBTQIAPN+ expressa afeto e/ou demonstração de carinho em público, essa atitude assume conotação de vulgaridade e/ou de escândalo, quando não são consideradas como manifesto, militância, provocação ou exibicionismo. É como se no espaço público não houvesse lugar para a pessoa LGBTQIAPN+; sua humanidade desaparece em função

de sua atitude. A LGBTfobia desumaniza aquelas e aqueles que não seguem o modelo de sexualidade dominante.

17/01/2013 09h31 - Atualizado em 17/01/2013 10h15

Lésbicas expulsas de bar após beijo reclamam de atendimento da polícia

Mariana Correia e Caroline Pavão dizem ter levado 4h para fazer registro. Elas disseram que foram persuadidas a não registrar ocorrência.

Do G1 Rio, com informações da Rádio CBN

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST



Mariana Correia foi expulsa de restaurante após beijar a namorada (Foto: Priscilla Moraes / CBN)

Depois de serem expulsas do Restaurante Victor, na Lapa, no Centro do Rio, por causa de um beijo, as estudantes Mariana Correia, de 24 anos, e Caroline Pavão, de 21, afirmam ter encontrado dificuldade na hora de registrar a ocorrência policial, conforme informou a **Rádio CBN**.

As meninas dizem ter levado cerca de quatro horas para concluir o registro na 5ª DP (Mem de Sá), no Centro do Rio, na manhã desta quarta-feira (16).

Registro de uma situação vivenciada por casal de Lésbicas no Rio de Janeiro, que destaca às muitas violações que pessoas LGBTQIAPN+ sofrem em razão da discriminação e preconceito.

Fonte: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/lebricas-expulsas-de-bar-apos-beijo-reclamam-de-atendimento-da-policia.html>

O espaço escolar – e aqui ampliamos para o espaço universitário – é caracterizado por ser um lugar de grande expressão de preconceito contra as pessoas LGBTQIAPN+. Nele se reproduzem as mesmas exigências heteronormativas reclamadas socialmente, pois, afinal, a escola e a universidade são espaços de sociabilidade. Buscando aprofundar estas questões, Louro (1999) afirma:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse "contagiosa", cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é, muitas vezes, o que Peter McLaren [...] chamou de um apartheid sexual, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/das homossexuais como pelos/as próprios/as. (LOURO, 1999, p. 29).

Como podemos perceber o espaço escolar produz condições favoráveis para o desenvolvimento da LBGTfobia, na mesma linha de pensamento, Junqueira (2009b) acrescenta:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações

delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009b, p. 15).

Sobre a participação e omissão da família, da comunidade escolar, da comunidade acadêmica, da sociedade e do Estado, em relação à LGBTfobia, é oportuno destacar que nossa sociedade é constituída sob uma sólida base de normatização que se estabelece em uma hierarquia das orientações sexuais, definindo comportamentos de maneira arbitrária, destituindo o poder de qualquer estruturação que não seja aquela na qual a heteronormatividade protagonize e esteja em evidência, enquanto modelo a ser seguido. A menor concessão de direitos às pessoas LGBTQIAPN+ gera questionamentos acerca da dicotomia masculino/feminino, únicas instâncias sexuais permitidas em se tratando de gênero e de sexualidade, numa sociedade donde o paradigma dominante é a heterossexualidade monogâmica. “[...] Legitimar a homossexualidade equivale a colocar em perigo a sociedade. [...]” (BORRILLO, 2015, p.95). Esta compreensão faz com que se calem as vozes, em troca da tolerância e da vivência particular de sexualidades dissidentes.

Nossa sociedade é não apenas heterossexual, mas marcadamente heteronormativa [...]. Nos livros didáticos, o caráter heteronormativo das relações sociais está presente nos padrões de representação de gênero e de organizações familiares, nos discursos sobre afetos e também na ausência do tema da diversidade sexual. A heteronormatividade impõe um silêncio sobre essa temática: não há gays nas obras literárias, não há relações homossexuais nos textos de orientação sexual e, muito precocemente, as crianças aprendem a indexar o universo social pela dicotomia de gênero. Não existem corporificações para além do binarismo de gênero, por isso não se fala de homossexualidade, bissexualidade, transgêneros ou transexuais [...]. O silêncio é a estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia. (LIONÇO; DINIZ, 2008, p. 312).

Para superar a LGBTfobia é preciso desconstruir a orientação heteronormativa na nossa sociedade. O que pressupõe o aprofundamento nas discussões em torno de gênero e de sexualidade, por meio de ações pedagogicamente educativas, de modo, que seja possível ressignificar as compreensões em torno do respeito à diversidade, mas, sobretudo, do respeito às pessoas. Nesse sentido, a nossa sociedade precisa dar passos mais firmes em direção à visibilidade das diferenças sexuais e das sexualidades. Nossas escolas, universidades, espaços de convívio público e todos os demais espaços de socialização precisam superar suas identificações em relação à (r)existência e manutenção de espaços preconceituosos, violentos e produtores de exclusões e angústias. E, para além das escolas, os serviços públicos e/ou privados de atendimento público precisam possibilitar maiores condições de problematização e entendimento sobre as questões

em torno dos temas como gênero e sexualidade. Desse modo, talvez possamos acreditar em espaços de fato mais acolhedores, mais diversos, seguros, dignos e respeitosos para todas, para todos e para todes.



Campanha do CRP/PE referente ao Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia, Bifobia e Lesbofobia, veiculada no dia 17/05/2022.

Fonte: https://www.crppe.org.br/noticias/17_de_maio_-_dia_internacional_contra_a_homofobia_transfobia_bifobia_e_lesbofobia

No próximo módulo dialogaremos de forma mais aprofundada sobre os marcadores históricos e estruturantes da cultura ocidental contemporânea, os quais estabelecem lógicas de poder e de rechaço às diferenças, de modo que possamos refletir sobre o quanto do ranço colonial, ainda, mantemos e reproduzimos, gerando sofrimento e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Pensar sobre estas questões é importante para pensar sobre como estamos lidando com estas chagas colônias e se estamos, realmente, dispostas/os/es a mudar essa realidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: _____ (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b. p. 13-51.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira, (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p.119-128.

LEONEL, Vange. Lesbofobia. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 89-96.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual**. Revista de Psicologia Política: São Paulo, v.8, n.16, p.307- 324, Jul./dez. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Educação & realidade: Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-93.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 159-181.

MIGNOLO, Walter. **(Des)colonialidad del ser y del saber: (vídeos indígenas y los limites coloniales de la izquierda) en Bolivia**. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

NAVAZ, Liliana Suárez. Colonialismo, gobernabilidad y feminismos poscoloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (Org.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Ed. Cátedra, 2011. p. 31-73.



PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 39-50.

SILVA, Everaldo Fernandes da. **Processos aprendentes e ensinantes dos/as artesãos/ãs do Alto do Moura: tessitura de vida e formação**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Tese de Doutorado, 2011.

TOLEDO, Lívia Gonsalves. **Lesbianidades e biopoder: um olhar genealógico**. Revista de Psicologia da UNESP, v.7, n.1, p. 176-188, 2008.

VENTURI, Gustavo. Da construção dos dados à cultura da intolerância às diferenças. In: _____; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p.175-188.